

A OBRA DE ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA E O MATERIALISMO HISTÓRICO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO AGRÁRIO

Amauri Tadeu Barbosa Nogueira¹

Resumo: O presente artigo visa discutir o materialismo histórico e dialético, suas relações e princípios na conformação do pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que foi o primeiro geógrafo a usar a teoria e o método de Marx na geografia agrária. Levam-se em consideração as teorias-método, ou seja, como se pesquisa, analisa e interpreta a produção espacial. Em nossa pesquisa a partir da análise de suas orientações de Mestrado e Doutorado buscamos compreender a perspectiva da Geografia Agrária no campo, e o seu conceito geográfico, isto é, a territorialização do capital e a monopolização do território. Assim, com o cotejamento da teoria Geográfica inaugurada por Oliveira a partir de 1978 e dos textos por ele orientados, visamos apresentar neste artigo os resultados parciais do estudo que tem no materialismo histórico a conformação de uma corrente de pensamento no interior da Geografia brasileira.

Palavras-chave: Geografia Agrária; História do Conhecimento; Oliveira; Teoria e Método.

THE WORK OF ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA AND HISTORICAL MATERIALISM: A CONTRIBUTION TO AGRARIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT STUDIES

Abstract: This paper discusses the historical and dialectical materialism, relationships and principles in shaping the thinking of Ariovaldo Umbelino de Oliveira, who was the first geographer to use the theory and Marx's method in agrarian geography. They take into account the theory-method, ie such as to search, analyze and interpret the spatial output. In our research based on the analysis of their Masters and PhD guidelines we seek to understand the perspective of Agricultural Geography in the field, and your geographical concept, that is, the territorial capital and the monopolization of the territory. So with the comparison of Geographic theory inaugurated by Oliveira from 1978 and the texts for him oriented, we aim to present in this article the partial results of the study that has historical materialism in the conformation of a school of thought within the Brazilian Geography.

Keywords: Agricultural Geography; History Knowledge; Oliveira; Theory and Method.

¹ Pós-Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Rio Claro. amauri@usp.br.
Estudos Geográficos, Rio Claro, 14(1): 4-27, jan./jun. 2016 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

E como devemos sempre estar comprometidos com o futuro é com o novo que devemos nos comprometer (OLIVEIRA, 1982, p.109).

Este texto é fruto de uma pesquisa sobre o pensamento geográfico brasileiro; nele destaco os resultados parciais de meus estudos pós-doutorais e a sistematização dos dados colhidos, *nos textos* das gerações de pesquisadores do materialismo histórico dialético, sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Assim, apresentamos o contexto histórico do surgimento dos estudos de Oliveira, e destacamos a década de 1980, que emerge marcada pela ascensão de Margareth Thatcher ao poder na Inglaterra com seu governo conservador, que desmantelou as conquistas dos governos anteriores de cunho trabalhista. Houve então uma diminuição da presença do Estado na economia e uma diminuição nos serviços sociais e no atendimento social, e iniciou-se um programa de privatização dos serviços e bens públicos, que foi até o fim de seu governo.

De acordo com Anderson (1995), as políticas liberais do Governo de Margareth Thatcher tinham em sua base a contração da emissão de moeda; elevação das taxas de juros; por sua vez baixou os impostos sobre os mais ricos; aboliu os controles sobre os fluxos financeiros; combateu ao sindicalismo; cortou os gastos sociais, desenvolveu um amplo cronograma de privatizações, e “se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida à indústria básica, como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Nesse mesmo período, por volta de 1981, assume o governo nos EUA Ronald Reagan, que seguiu a mesma cartilha, com cortes de gastos públicos, diminuição de investimentos sociais, este tentou recuperar o embate pelo comunismo, e, por conseguinte, apelou para a Guerra Fria, para estes fatos legitimasse sua política intervencionista. Seu conservadorismo levou o país a uma recessão com milhares de desempregados, e o período foi levado a cabo com a eleição de George Bush em 1988.

Assim Anderson (1995), afirma que “o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria” (ANDERSON, 1995, p. 23).

Outro momento dramático que marca definitivamente a década de 1980 é a extinção do mapa geográfico mundial da ex-União Soviética. Com a chegada do líder Mikhail Gorbachev ao poder em 1985, iniciou-se uma mudança de rumos na URSS. O líder defendia uma ampla e profunda reforma política e econômica no país e pretendia fazer uma aliança da economia de mercado, e assim implantou a Glasnost, que significava a transparência, e a Perestroika, que significava a reconstrução. Havia neste período uma ansiedade dos povos soviéticos por uma ampliação e diversidade dos partidos e a busca de liberdade de opinião.

No bojo das reformas propostas, Gorbachev assinou o tratado em 1987 com os EUA para a destruição dos mísseis atômicos, anunciando o fim da corrida armamentista. Essas transformações impactaram o mundo dos países socialistas

sob a influência da URSS, culminando com a eleição, na Polônia, de Lech Walesa em 1989. Na Hungria, o partido comunista mudou o seu nome para partido socialista, e removeu a cerca eletrificada, deixando livre o acesso para quem quisesse ir e vir da vizinha Áustria.

Nesse processo, a queda do muro de Berlin, que durante vinte e sete anos separou as duas Alemanhas, torna-se o símbolo do fim dessa década.

No Brasil, a década de 1980 entra em uma turbulência política, na conformação de um país democrático. O período da abertura democrática inicia-se em 1974, com o bipartidarismo entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). “Para tentar quebrar a foça da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra ‘partido’”. (FAUSTO, 1995, p. 507). O Partido Comunista do Brasil é um partido emblemático devido sua trajetória na história política do Brasil:

Partido Comunista do Brasil (PCB): fundado em 1922. Partido de base comunista ligado a III Internacional Comunista. Seu principal líder foi o gaúcho Luís Carlos Prestes. O PCB foi responsável pela fracassada tentativa de Golpe de Estado com a Intentona Comunista de 1935 que ocasionou na prisão de seus principais líderes (FABER, 2010, p.10).

Após o golpe de 1964 vários integrantes do partido aderiram à guerrilha e só “no início dos anos 1980, o partido retornou a legalidade, porém dividido em Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B)” (FABER, 2010, p.10).

Esse momento proporcionou o surgimento de vários partidos, dentre os quais o Partido Democrático Trabalhista, PDT, criado em 1981; o Partido Comunista do Brasil, PC do B, que foi criado em 1922 e ficou na clandestinidade até 1985, quando voltou a funcionar legalmente; o Democratas, DEM, criado em 1984; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, criado em 1980; o Partido do Trabalhadores, o PT, criado em 1980; o Partido Verde, o PV, criado em 1986. No roldão desse processo, emergiram as centrais sindicais tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1981, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), criada em 1986, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o (MST).

Nogueira (2015) ao analisar a dissertação de Fernandes assevera que a partir da organização dos trabalhadores de Ronda Alta e Sarandi/RS, “da ocupação da Fazenda Anoni começaram novas lutas. Foram experiências como estas, construídas cotidianamente pelos trabalhadores, que marcaram a gênese de uma nova fase de lutas dos trabalhadores rurais” (FERNANDES, 1994, p. 61). Neste processo o MST foi se organizando em nível nacional. Logo em 1982 houve o encontro no município de Medianeira/PR, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapeco/SC, onde foi criado uma Coordenação Provisória. “Em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba/PR, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Concretiza-se assim uma parte desse processo histórico da formação do Movimento” (FERNANDES, 1994, p. 65).

A pressão vinda das ruas e dos movimentos deu força aos partidos políticos e às lideranças dos movimentos sociais que, juntos com a sociedade civil,

influenciaram em 1982 as eleições estaduais e municipais, o que culminou com as diretas já em 1984. Nesse momento, a sociedade assume novamente o seu protagonismo e influencia o processo decisório, resultando na eleição de Tancredo Neves, em 1985.

Com Tancredo morrendo de forma prematura, assume o governo José Sarney, “A 15 de Janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral, batendo Maluf por 480 votos a 180, por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder” (FAUSTO, 1995, p. 512). A nova república emergia de uma inflação crônica, uma crise aguda econômica, com uma inflação endêmica e fora de controle.

Para tentar controlar a inflação e retomar o crescimento, o então presidente José Sarney lança mão de um conjunto de ações denominado Plano Cruzado I (1986), que, em fevereiro, propunha uma reforma monetária, de desindexação, congelamento de preços da gasolina, da energia elétrica, dos telefones, dos transportes coletivos, e dos salários, lembrando que os salários eram reajustados por dispositivos, ou seja, estes reajustes por dispositivos ficaram conhecidos como gatilhos salariais de rendimentos. Nesse período a inflação despenca no campo econômico; na esteira desta confusão monetária tentou-se um arremedo para o momento e criou-se o Plano Cruzado II, que propunha o reajuste dos preços dos produtos e serviços, o reajuste de aluguéis, de alimentos, das tarifas e serviços públicos, aumento da carga fiscal, e reindexação da economia. O plano acabou em 1987.

Não foi possível estancar os problemas de inflação, desemprego e de insatisfação popular. Com a sociedade inquieta, o governo aplicou, em junho de 1987, outro Plano, que ficou conhecido como Plano Bresser, e que manteve o congelamento de preços, aluguéis e salários, e criou a URV, Unidade de referência de preços, que servia para os reajustes salariais. Era um governo que vivia sob denúncias de corrupção.

E como última tentativa do governo neste período foi feito o Plano Verão em (1989) que criou o cruzado novo e cortou mais de três zeros na moeda, manteve o congelamento e atrelou-o ao dólar. Esses planos de estabilização deixavam a sociedade em polvorosa, pois eram colocados em prática e interrompidos sem explicações prévias, às vezes na calada da noite.

Por isso a economia da década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, com inflação que chegou a mais de 100% ao ano, alcançando o teto de 211%, o que gerou recessão, queda de investimentos, baixas taxas de crescimento do PIB, estagnação da renda *per capita*, elevado déficit público, aumento da dívida externa, e redução da poupança. Os bancos internacionais aproveitaram para suspender o rolamento da dívida brasileira, o que significou que os empréstimos para o Brasil deixaram de existir.

Esse processo abriu brecha para a entrada do Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Brasil, para cumprir as metas estabelecidas pelo banco, arroxou a sociedade brasileira com pacotes para cumprir metas a partir de reajustes, políticas recessivas, restrições administrativas, inserindo políticas monetárias, fiscais, cambiais e tarifas escorchantes pré-estabelecidas, na busca do superávit. “Ela consistia, sobretudo, em um esforço para melhorar as contas externas do país, mantendo-se o serviço da dívida. Internamente, previam-se cortes de despesas e a

compressão ainda maior dos salários. No Brasil havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida” (FAUSTO, 1995, p. 503).

Isso impactou a renda per capita e proporcionou o aumento do desemprego em massa no Brasil, as empresas viviam uma onda de concordatas e falências. “Desenhou-se naqueles anos um quadro que se tornaria familiar aos brasileiros, chamado de estagflação por combinar estagnação econômica e inflação” (FAUSTO, 1995, p. 503).

Nesse processo debateu-se a Assembleia Constituinte, que foi aprovada em 1988. Ela proporcionou uma ampliação dos direitos dos cidadãos, deu direito a voto direto para presidente da república, estabeleceu idade mínima de dezesseis anos para votação e possibilitou que analfabetos também votassem exercendo seu direito de cidadãos, deu a liberdade dos partidos e sindicatos recorrerem ao supremo tribunal federal com mandatos de segurança para resguardarem sua autonomia de se manifestarem contra o governo e se protegerem de suas arbitrariedades.

O movimento operário ganhava importância no ABC paulista sob a liderança de Luiz Inácio da Silva (o Lula), um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores aliado à Central Única dos Trabalhadores. “Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos, que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Houve 27 paralisações de metalúrgicos, que abrangeram 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores que reuniram 766 mil assalariados” (FAUSTO, 1995, p. 503).

No campo, surgiram lideranças sob a influência da Igreja Católica, por meio da CPT, Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975. “O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973, de pouco mais de 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979, foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos” (FAUSTO, 1995, p. 498). Conforme Martins (1986), os sem terra tiveram apoio da Igreja Católica, e da Igreja evangélica de confissão luterana do Brasil, ambas trabalhando em conjunto com a Pastoral da Terra.

Os movimentos sociais lutavam contra a pobreza e a repressão; numa crescente politização da vida social, forte mobilização e reivindicação política na luta contra a ditadura, a população civil se organiza, luta pela redemocratização, partidos políticos e sindicatos de orientação de classe neste processo os movimentos pelas etnias, sexo, gênero, ONGs, e outros fundamentados na cultura e identidades não classistas começam a ganhar força.

A Geografia nacional, nessa época, encontra-se em transição, passando de um modelo tradicional de pensamento para um paradigma da Geografia Crítica.

A geografia nacional, através dos geógrafos agrários, teve uma dinâmica própria em relação ao movimento da sociedade e dos estudiosos da agricultura brasileira. Nesse contexto, tivemos períodos de vinculações com os demais cientistas sociais, preocupados em estudar e interpretar a agricultura brasileira. Em outros momentos, tivemos também desvinculações das questões nacionais, apoiando-nos em teorias, métodos e técnicas dos geógrafos agrários europeus. Tudo isso, no firme propósito de construir um conhecimento científico neutro da realidade agrária – local, regional e nacional (BRAY, 2008, p. 01).

Esse processo que se iniciou na Geografia nacional foi de cunho positivista-funcionalista-culturalista, e, dentre as ideias que incorporou, está a neutralidade da ciência.

Essa questão da “neutralidade” é tão importante que, com as influências das concepções neopositivistas, com um discurso mais objetivo e mais rigoroso no tratamento dos dados, encontrou-se na “neutralidade” do geógrafo agrário nacional, um campo propício para se fazer ciência pela ciência, mais desvinculada da realidade agrária nacional do que a própria geografia tradicional, de base positivista-culturalista (BRAY, 2008, p. 10).

E da sua desvinculação com as questões políticas nacionais, construiu-se o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina e a abordagem sistêmica organicista como prática, predominando a teoria do equilíbrio entre a sociedade e natureza e dos homens entre si, através da geografia da solidariedade.

A tradição da geografia tradicional em transformar a geografia numa ciência neutra faz parte da tradição positivista que absorveu o Estado Burguês e a nova ordem social como fundamentos não questionáveis. Na essência do pensamento positivista e liberal político burguês, as ciências existem para justificar o novo Estado e para exercerem o papel de prestadores de serviço à nova ordem social estabelecida pela burguesia no poder (BRAY, 2008, p. 06).

Segundo BRAY (2008), a geografia estudava concretamente os fenômenos agrários do país, mas estava pouco vinculada aos movimentos agrários da sociedade e dos demais pesquisadores não geógrafos. Ocorria, por outro lado, um período em que se estudava a agricultura brasileira utilizando-se dos paradigmas estabelecidos pelos geógrafos agrários europeus.

De ordem geral, esse modelo de geografia estava em declínio, “O progresso do início dos anos sessenta perdia seu impacto e as numerosas promessas contidas no discurso da Nova Geografia começavam a mostrar seus limites” (GOMES, 2003, p. 274). De acordo com Gomes, no Brasil, “após os primeiros anos da década de 60, os modos de produção capitalista ainda eram desconhecidos pela grande maioria dos geógrafos agrários nacionais” (GOMES, 2003, p. 274). “Por outro lado, encontramos uma maior abertura nos estudos de geografia agrária brasileira em Manuel Correia de Andrade, que rompia com a neutralidade, discutia os movimentos agrários no Nordeste (através das Ligas Camponesas)” (BRAY, 2008, p. 11).

Esses debates criaram o campo para o surgimento da Geografia Crítica, “a Geografia Crítica surge no fim da década de 1970 no Brasil, com o intuito de aproximar às ciências sociais no arcabouço teórico-metodológico, prestando serviço à sociedade, denunciando e expondo os problemas gerados pelo processo histórico de formação do território brasileiro” (ALVES, 2010, p. 188).

São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando os seus saberes como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise

geográfica como um instrumento de libertação do homem (MORAES, 2003, p. 119).

Moraes (2003) assevera que a década de 80 será marcada pela descolonização da geografia agrária nacional e uma vinculação ampla com os demais estudiosos da agricultura. Desenvolve-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção no país.

Enfim, os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. As razões da crise foram buscadas fora da Geografia (MORAES, 2003, p. 119).

Os estudos feitos por Oliveira (1978) a partir de sua tese de doutoramento e suas orientações de mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo imprimem e inauguram o materialismo histórico como fundamento da Geografia Agrária, daí a pertinência de se debruçar sobre esse período, dada a relevância e as implicações teóricas, metodológicas e políticas de sua escolha epistemológica.

O SUJEITO GEOGRÁFICO DA NOSSA PESQUISA²

Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Não seria demasiado insistir sobre essa ideia em uma época, onde o entusiasmo pelas formas mais limitadas da ação prática aparece acompanhado pela propaganda em voga do oportunismo.

É este o ponto de partida
É este o ponto de chegada
É este o início...
É isto que gostaríamos de apresentar
36 minutos do dia 23 de novembro de 1978 – São Paulo

(OLIVEIRA, 1978, p. 485).

O Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi graduado em Geografia na USP em 1970, tornou-se doutor em Geografia (Geografia Humana) também na USP em 1979, e é livre docente da instituição desde 1997. O autor tem em seu currículo 38 artigos completos publicados em periódicos, 26 livros publicados, 56 capítulos de livros, 47 textos em jornais, 20 trabalhos publicados em anais de congressos, 136 apresentações de trabalhos em seminários e congressos, 49 orientações concluídas de mestrado e 42 orientações concluídas de doutorado (NOGUEIRA, 2015, p. 03).

Oliveira, concomitantemente ao trabalho teórico e geográfico, teve “tem” uma intensa militância política movida por seu engajamento nos projetos do

² Sujeito geográfico é o homem e a mulher mergulhados em suas situações e circunstâncias, ou seja, é uma tradução das redes espaciais das trajetórias de vida e trabalho de todos e de cada um de nós em interações espaciais a conectar a humanidade inteira (NOGUEIRA, 2012:56).

Estudos Geográficos, Rio Claro, 14(1): 4-27, jan./jun. 2016 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

socialismo/comunismo e pela defesa da classe trabalhadora e em especial a dos camponeses. Com esse engajamento político em movimentos sociais, na Amazônia, em movimentos sociais rurais no Brasil, no movimento sindical, universitário, em vídeos, na organização de documentos, cadernos especializados, livros didáticos, jornais, revistas, manifestos, entrevistas, seminários, ensaios, livros acadêmicos, científicos e entre outros, contribuiu para o surgimento de uma escola de pesquisa, de pensamento e de práxis marxista.

Seu esforço em traduzir a luta de classes com um viés intelectual engajado produziu um conhecimento comprometido, tanto na teoria e método, quanto na prática em uma tradição de crítica e de práxis radical, que lhe renderam constantes polêmicas.

Oliveira desenvolveu, organizou, elaborou e aplicou seu pensamento na compreensão dos estudos agrários e nas pesquisas dos movimentos sociais rurais. O referido autor se debruça, sobretudo, na Ciência Geográfica e em específico na Geografia Agrária brasileira onde os camponeses, em seus movimentos sociais rurais e sua luta pela terra, são sua expressão mais profunda, combinada, contraditória e desigual e a negação permanente da proletarização do camponês.

Destacamos o materialismo histórico e dialético como centralidade dos estudos concernente aos agrários brasileiros, fruto do pensamento inaugurado por Oliveira (1978), com sua tese intitulada: **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen.**

Para Oliveira (1978), as pesquisas da época usam os pressupostos teóricos de forma equivocada, isto é, “se limitavam apenas à aplicação de esquemas propostos para análises em outras realidades sem efetuar uma crítica às teorias e conceitos utilizados. Entre essas obras está a de Von Thunen, que é o objeto de nosso estudo” (OLIVEIRA, 1978, p. 17).

O autor se preocupa com a ideologia que produz desvios de interpretação da realidade brasileira, afirmando que, “tudo leva a crer que estes autores assumem consciente ou inconscientemente a ideologia contida nestas obras” (OLIVEIRA, 1978, p. 17).

O capitalismo, em sua divisão de trabalho, divide tudo e todos conformando uma estrutura dualista de onde emana uma superestrutura que condescende de acordo com as necessidades das classes dominantes.

A ciência e o operário produtivo estão completamente separados, e a ciência, em vez de aumentar, nas mãos do operário, as suas forças produtivas e de o fazer tirar proveito disso, está em quase todo o lado dirigido contra ele. O saber torna-se um instrumento que pode separar-se do trabalho e até opor-se lhe (MARX, 1971, X I *apud* OLIVEIRA, 1978, p. 17).

De acordo com Oliveira, se esses trabalhos científicos fossem voltados para a classe trabalhadora como forma de conscientização e emancipação, ela estaria comprometida com o novo, com a superação, mas, pelo contrário: “será igualmente necessário concluir que os trabalhadores da ciência e da técnica têm, no seio da sua função técnico-científica, a função de reproduzir as condições e as formas de dominação do capital sobre o trabalho” (GORZ, 1976, p. 243 *apud* Oliveira, 1978).

Toda a energia gasta na busca pelo conhecimento é drenada para dentro do movimento do capital que o captura e o insere no mercado, na roda viva da

exploração capitalista. Segundo essa forma de pensar, tanto o camponês e o operário, quanto o cientistas estão sob a força impositiva do modo de produção capitalista, que ao absorver o conhecimento o conforma em suas bases ideológicas necessárias a sua produção, reprodução e expansão.

Assim afirma o autor: “este trabalho constitui-se em uma contribuição aos estudos das atividades agrárias, através de uma análise crítica da obra de Von Thunen que vem sendo, há anos, o suporte teórico de inúmeros trabalhos interessando à organização do espaço agrário” (OLIVEIRA, 1978:17). Para o desenvolvimento da pesquisa, Oliveira (1978) apresenta-nos quatro considerações que nortearam sua obra.

Primeira: não se deve ter a impressão de que estes geógrafos não têm (porque não querem) consciência do papel que desempenham na sociedade em que vivem, “esta consideração que ressaltamos é extremamente importante para a compreensão, não só da contextualização histórica da produção de Von Thunen, mas também para fornecer esclarecimentos sobre a utilização atual da sua ‘teoria’, principalmente nos estudos interessando à Geografia Agrária” (OLIVEIRA, 1978, p. 20).

Segunda: deve-se considerar que o todo social no materialismo histórico é uma totalidade contraditória, que é fruto de uma unidade diversidade. E que se compõe de uma infraestrutura (condições econômicas de produção-produção imediata/distribuição/circulação e consumo) e de uma superestrutura (formas jurídico-políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas que são articuladas em um modo de produção determinado, que, por sua vez, realiza-se numa formação social dada). Estamos afirmando, também que toda formação social pode realizar mais de um modo de produção, porém um sempre é dominante (OLIVEIRA, 1978, p. 20).

Terceira: não basta pensarmos o processo de reprodução das condições de produção apenas quanto à sua reprodução das forças produtivas, pois é fundamental reproduzir também as relações existentes. Para tal, devemos dizer que é o econômico o determinante em toda sociedade que, é o momento da produção imediata o momento privilegiado neste econômico determinante (OLIVEIRA, 1978, p. 22). “A reprodução das relações de produção capitalistas pensada neste contexto, torna-se de extrema valia para a compreensão da produção da obra de Von Thunen em particular” (OLIVEIRA, 1978, p. 23).

Quarta: deve-se conceber o processo histórico como um processo de conhecimento em plena transformação, o que requer do sujeito do conhecimento um posicionamento e uma compreensão dialética do mesmo. Pois que o investigador é parte integrante desse processo e, como tal, deve compreender criticamente a realidade objeto de estudo na sua totalidade, em processo e transformação social (OLIVEIRA, 1978, p. 23).

O autor discute em seu trabalho a ideologia ou o caráter ideológico da Geografia a partir de Anderson:

O fetichismo do espaço é o modo de pensar particular dos geógrafos. As relações entre grupos ou classes sociais são apresentadas como relações entre áreas, obscurecendo como no chauvinismo as divisões sociais no interior das áreas. As conceituações geométricas abstratas da forma espacial podem ser artificialmente assentadas contra o conteúdo social do espaço, obscurecendo-o, ao negar as relações

dialéticas de conteúdo e forma (ANDERSON, p. 44 *apud* OLIVEIRA, 1978, p. 26).

Neste momento o autor apresenta seus objetivos:

É, portanto a todas estas questões, que pretendemos situar como um dos principais objetivos de nosso trabalho, chegar a uma contribuição à análise crítica da obra de Von Thunen, procurando compreender e situar a matriz teórica utilizada em sua obra, seu método de trabalho e suas implicações científicas, suas proposições e consequências das mesmas, quer no tempo, quer no espaço, e a contextualização histórica, ou seja, o momento histórico em que se criaram as condições materiais para o desenvolvimento da sua obra. Outro objetivo, perseguido em nossa pesquisa, é o estudo referente à atualidade com que o trabalho de Von Thunen vem sendo utilizado, quer no âmbito da Geografia, quer no âmbito particular da Geografia Agrária do Brasil e suas implicações (OLIVEIRA, 1978, p. 26).

O autor critica o comprometimento ideológico dos geógrafos com a classe dominante e utiliza Folk, para afirmar que as pesquisas são descritivas e, por isso, irrelevantes, pois não atentam para os problemas sociais e suas resoluções, “uns apontam para os interesses dos que financiaram e utilizaram a pesquisa social (governos e homens de negócio). Outros apontam para a experiência social da maioria dos pesquisadores sociais revelando sua posição nas classes sociais”. (OLIVEIRA, 1978, p. 29).

A intenção de Oliveira (1978) é instigar os geógrafos a mudarem sua postura ideológica pela científica a partir do materialismo histórico e dialético. “Por último, que haja uma interação dialética entre as críticas e as análises das atividades agrárias, procurando, neste sentido, os fundamentos marxistas do materialismo histórico, ou seja, da ciência histórica” (OLIVEIRA, 1978, p. 31).

OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO QUE COMPÕE O PENSAMENTO DE OLIVEIRA

Aqui Oliveira (1978) apresenta sua teoria e seu método, “devemos concebê-la como o corpo de conceitos mais ou menos sistematizados de uma ciência” e sua metodologia como sendo a forma pela qual se utilizam estes conceitos na pesquisa.

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na história, a distribuição dos produtos, e, com ela, a articulação social de classes ou estamentos, se orientam pelo que se produz, e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio; não se deve buscá-las na Filosofia, mas

na Economia da época de que trata. (MARX, *apud* OLIVEIRA, 1978, p. 44).

Em busca do instrumental marxista que lhe permitisse compreender seu objeto de estudo, Oliveira afirma:

Assim pensamos o materialismo histórico como a teoria que, a partir de um dado instrumental de trabalho (teórico) trabalha uma matéria prima dada, o objeto do trabalho, com a finalidade de buscar os objetos produtos do trabalho, que são objetos do conhecimento; o que nos permitirá incorporar este objeto do conhecimento em instrumento de trabalho (teórico) no momento de uma nova investigação de uma matéria prima dada. Tal raciocínio leva-nos a ter que admitir que conhecer é trabalhar uma matéria prima, ou seja, 'o concreto' é concreto por ser uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade (OLIVEIRA, 1978, p. 44).

Para uma compreensão da totalidade do pensamento de Oliveira, apresentamos seu arcabouço teórico metodológico, que vai balizar toda sua trajetória de pesquisa, a saber:

Para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes. "É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela dita o motor da história" (QUINTANEIRO *et. al.*, 2003, p. 43).

Partindo de uma análise da sociedade, Marx percebe que esta é uma construção histórica e transitória de acordo com cada momento e necessidade dos modos de produção, que um cede lugar ao outro.

Para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes. É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela é dita o motor da história (QUINTANEIRO *et. al.*, 2003, p.43).

Em cada modo de produção existe a disputa de classes entre os que possuem os meios de produção e os despossuídos, sendo que o primeiro grupo domina o segundo e o oprime.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta (MARX e ENGELS, 2001, p. 08).

De acordo com Nogueira (2012), em sua análise sobre o materialismo histórico corrobora que na sociedade capitalista, os donos dos meios de produção são donos também do próprio homem, obrigando-o a vender sua força de trabalho ao capitalista por meio do livre mercado de trabalho respaldado pelo contrato social

gerando lucro, pois ao contrário de outro objeto de trabalho, o homem passa pela primeira vez na história a ser portador da ressurreição do capital.

Com a aplicação de sua força de trabalho, ele cria valor ao exercê-la sobre outro objeto que contém um trabalho passado e só pode ser reanimado por outro trabalho. “É fundamental ter claro quais as classes ou frações de classe que estão em luta, para que se possa conhecer o próprio processo de desenvolvimento da sociedade como um todo” (OLIVEIRA, 1978, p. 73).

Desta forma Marx parte do princípio de que a estrutura de uma sociedade qualquer reflete a forma como os homens organizam a produção social de bens. A produção social engloba dois fatores básicos: as forças produtivas e as relações de produção (COSTA, 2001, p. 91). “Portanto, as relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais constituem-se em um conceito de muita importância para a compreensão de um modo de produção” (OLIVEIRA, 1978, p. 56).

O capitalista explora o trabalhador à exaustão até tirar-lhe a mais valia desejável, pagando um salário para sua reprodução, de seus descendentes e sua manutenção material. “Como sabemos, o objetivo do capitalista no modo de produção capitalista é a produção de mais-valia. Ele a consegue de duas formas: a primeira, prolongando a jornada de trabalho ou intensificando o uso da força de trabalho, neste caso temos a mais-valia absoluta, a segunda, quando se obtém a mais-valia através da diminuição do tempo de trabalho necessário através dos avanços tecnológicos” (OLIVEIRA, 1978, p. 63).

Em troca de salário, os trabalhadores vendem sua força de trabalho e produzem mercadorias e não se reconhecem como produtores dos objetos produzidos por seu próprio trabalho; para eles, os objetos tomam vida própria. Da força de trabalho e dos meios de produção nascem a mais valia que origina o capital, “esses dois elementos diferentes do processo de produção capitalista, que se destinam a produzir a mais valia constituem o capital” (OLIVEIRA, 1978, p. 69).

Acreditam estes que as instituições políticas existem fora deles e têm poder total sobre eles. “Que consiste na fonte do lucro do capitalista e o conceito que pode explicar as relações de exploração capitalista” (OLIVEIRA, 1978, p. 63).

Com isso podemos verificar que os elementos componentes do processo de trabalho são: o objeto sobre o qual se trabalha, que pode ser produzido – valor – e não produzido – não valor); os meios com os quais se trabalha – meios de trabalho – que são instrumentos de trabalho – valores -, e os demais meios de trabalho que também podem ser subdivididos em produzidos – valores – não produzidos – não valores) a atividade humana realizada no processo de produção, ou seja, a força de trabalho – energia humana empregada no processo do trabalho; e o objeto do produto, que é objeto final criado no processo de trabalho, ou seja, o resultado do processo de produção (OLIVEIRA, 1978, p. 53).

Chauí (1999) observa que a alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos produzidas pela ação humana também sob o peso de outras contradições históricas anteriores e determinadas

A alienação do trabalhador em relação a seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assumindo uma existência externa, mas que existe independente, fora dele e a ele é estranho, e se torna um poder autônomo em

oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 1999, p. 112). “Com efeito, deve-se deixar explícito que o valor de uma mercadoria não depende do trabalho individual, mas sim do trabalho que toda a sociedade emprega na sua produção, seja do trabalho socialmente necessário para produzi-la” (OLIVEIRA, 1978, p. 63). “O trabalho humano não tem só a capacidade de criar valor: tem também à capacidade de fazer com que os meios de produção transfiram seu valor para os produtos” (OLIVEIRA, 1978, p. 69).

O sistema capitalista, ao gerar essas contradições, necessita de um órgão regulador que atenda às necessidades da classe dominante; surge então o Estado burguês como construção social, que se põe acima da sociedade e é de interesse comum. Segundo Marx, toda base material sugere um tipo de superestrutura que se utiliza basicamente de instrumentos socioculturais, políticos e ideológicos que têm por objetivo legitimar o sistema capitalista.

A sociedade civil é o sistema de relações sociais que organiza a produção econômica (agricultura, indústria e comércio), realizando-se em instituições sociais encarregadas de reproduzi-lo (família, igrejas, escolas, partidos políticos, meios de comunicação etc.) (CHAUÍ, 1999, p. 410). Conforme Marx (1999) a estrutura econômica da sociedade constitui, em cada caso, o fundamento real a partir do qual é preciso explicar, em última instância, toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas, assim como os tipos de representação religiosa, filosófica, e de outra natureza, de cada período histórico.

De acordo com Costa (2001) a história do homem é, segundo Marx, a história da luta de classes, luta constante entre interesses opostos, embora esse conflito nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada. As divergências, oposições e antagonismos de classes estão subjacentes a toda relação social, nos mais diversos níveis da sociedade, em todos os tempos, desde o surgimento da propriedade privada. Nesse sentido, o conflito social por meio da luta de classes é o motor da história (COSTA, 2001, p. 86).

Dessa forma, Marx, ao afirmar que as relações entre as classes sociais são antagônicas, desenvolve uma teoria revolucionária que parte de uma base teórica e ruma em direção à ação política, tanto em interesse quanto em consciência.

No tocante a terra, Oliveira vai assegurar que a especificidade, cabe ao pesquisador buscar a contradição a partir do modo de produção capitalista.

Assim busca a partir da categoria preço compreender sua função social no capitalismo: “o que vale dizer que o preço de um produto é a materialização de seu valor em dinheiro” (OLIVEIRA, 1978, p. 63). “O preço do solo fixa seu valor através do montante da renda territorial que fornece ao seu proprietário” (OLIVEIRA, 1978, p. 99). O preço do solo sofre variações de acordo com o comportamento do mercado, ou seja, segue as taxas altas ou as baixas dos juros. “Já com relação ao preço do solo, o mecanismo é inverso, pois quando ocorre a alta nas taxas de juro isso equivale a uma queda do preço do solo. “O contrário ocorre quando há uma baixa na taxa de juro, o preço do solo aumenta” (OLIVEIRA, 1978, p. 99).

Ou seja, o preço de um produto é a materialização em dinheiro de seu valor, o preço de produção é o total obtido quando se acrescenta a média das diferentes taxas de lucro dos diferentes ramos aos preços de custos destes diferentes ramos, enquanto que o preço de mercado é o preço das mercadorias pagas no mercado que pode conter um nível de oscilação dado pela oferta e procura, e o preço de monopólio é dado pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores e

não pelo preço de produção ou pelo valor das mercadorias (OLIVEIRA, 1978, p. 266).

E assevera o autor que “também, nesse contexto, é importante citar a diferença entre divisão social do trabalho e divisão técnica do trabalho, uma vez que a primeira remete-nos sempre à totalidade da produção e a segunda apenas à unidade produtiva” (OLIVEIRA, 1978, p. 53).

Oliveira busca por meio desse conceito, atingir o processo de produção: “com estes conceitos, podemos chegar ao conceito de processo de produção, que é o processo de trabalho que se verifica sob determinadas relações de produção” (OLIVEIRA, 1978, p. 53). “Pois bem, é aqui que devemos buscar o contexto e a opção que faremos no estudo presente, quer quanto à análise da obra de Von Thunen, quer quanto à compreensão das atividades agrárias, e a nosso ver, deve ser encetado dentro da concepção materialista da história” (OLIVEIRA, 1978, p. 50).

De acordo com Oliveira (1978), a produção se caracteriza por dois elementos inseparáveis, isto é, o processo de trabalho e as relações de produção que conta respectivamente, da transformação da natureza que o homem realiza para convertê-la em um objeto útil, e da forma histórica concreta na qual se realiza o processo.

Para uma compreensão da totalidade orgânica em sua contradição deve-se pensar em uma interação entre produção, distribuição, circulação e consumo sob a relação social entre o produtor e o produto. Isso significa que “da mesma forma que verificamos que a produção é consumo, que o consumo é produção, que a distribuição é produção, verifica-se que a circulação é um momento da produção, ou seja, completa-se a totalidade orgânica no seu embasamento econômico” (OLIVEIRA, 1978, p. 56). Não obstante a isto, o autor assevera que não se deve confundir esses momentos “como sendo todos a mesma coisa” (OLIVEIRA, 1978, p. 57).

Sendo assim, o autor afirma que devemos analisar a produção lembrando que ela é também imediatamente consumo e que o consumo é também imediatamente produção (OLIVEIRA, 1978, p. 55). “Os elementos que compõem as forças produtivas são três: o trabalhador, os meios de produção e o não trabalhador. Entre eles, interpõem-se duas relações fundamentais: relação de propriedade econômica e relação de apropriação real” (OLIVEIRA, 1978, p. 55).

Essa distinção é importante, pois quando eles se juntam, ou seja, quando os proprietários jurídicos dos meios de produção têm a propriedade real deles, os trabalhadores acham-se totalmente separados desses meios – são os não proprietários que perdem todo o domínio sobre os meios com os quais trabalham e sobre o processo de trabalho global. “Assim na economia capitalista, o que interessa ao capitalista é que a venda de seus produtos lhe renda uma quantidade maior de dinheiro do que aquele que ele empregou para produzir suas mercadorias” (OLIVEIRA, 1978, p. 55). “A fórmula do intercâmbio capitalista seria: $D - M - D + d$ ” (OLIVEIRA, 1978, p. 55).

Relativamente a esse processo, Oliveira (1978) chama a atenção para a mobilização da mão de obra brasileira devido à contradição entre capital e trabalho e assevera: “nem sempre o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor (este fato é notório na sociedade brasileira). É também, evidente que aí se gera uma contradição, pois o operário não conseguirá ter uma produtividade crescente, o que explica a alta taxa de rotatividade da mão de obra no Brasil e o difícil engajamento

no mercado de trabalho de pessoas acima dos 35, 40 anos de idade” (OLIVEIRA, 1978, p. 68).

De acordo com Oliveira (1978), renda territorial e fundiária é um fenômeno permanente dada sua particularidade, exploração capitalista do solo, sendo que o capitalista busca o preço do custo e também o lucro usual. Na agricultura o preço é delimitado pelas necessidades do pior terreno que por sua vez determina o preço da produção, “o preço de produção do pior solo, que não dá renda, é sempre o preço regulador de mercado” (KAUTSKY, *apud* OLIVEIRA, 1978, p. 68).

Marx (1999) assevera que toda a renda fundiária é mais-valia, produto de trabalho excedente, na forma menos desenvolvida. É diretamente produto excedente, a renda natural. Mas o modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por esse motivo, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, aí componente particular e específico da mais-valia, recorrendo-se simplesmente às condições gerais da mais-valia e do lucro. “Porém, julgamos necessários mais elementos para que possamos compreender melhor essa causa da renda diferencial, renda diferencial absoluta” (OLIVEIRA, 1978, p. 79).

A localização engendra “a relação entre o terreno ruim que se insere no bom, e a vantagem que esse passa a ter em função da localização quando confrontado com o solo mais fértil, distante da área já cultivada ou em vias de ser” (OLIVEIRA, 1978, p. 79). Contudo a renda diferencial I se explicita em duas situações, a saber:

A primeira é decorrente da elevação dos preços de mercado sem que o preço de custo do cultivo tenha diminuído, e a segunda se dá quando não ocorre a alta dos preços de mercado; assim quando ocorre uma maior eficiência nos meios de transporte (OLIVEIRA, 1978, p. 79). A fertilidade e a localização são as chamadas causas gerais da renda diferencial.

Dessa maneira emerge outra causa da renda diferencial I, como é denominada por Marx, que é a localização das terras. “Para a compreensão dessa renda diferencial, procuraremos desenvolver um pouco mais o instrumental conceitual, uma vez que nós nos utilizaremos dele para a compreensão da proposta de Von Thunen” (OLIVEIRA, 1978, p. 79).

O caráter contraditório dos efeitos da situação e da fertilidade e a própria variabilidade do fator situação, ao afirmar que este fator está sujeito a contínuas e progressivas compensatórias e que por isso mesmo o desenvolvimento da produção social tende a se anular. E isso nos parece bem evidente se considerarmos que para que ocorra a primeira situação (elevação do preço de mercado sem que o preço de custo de cultivo tenha diminuído) é necessário que os progressos técnicos não constituam um fator de exploração agrícola, que é uma situação que não ocorre tão frequentemente. Ou quando ocorre a segunda situação sem subir os preços de mercadorias, os meios de transportes se tornam mais eficientes (OLIVEIRA, 1978, p. 79).

- Custos de circulação: da renda diferencial I: Custos dos transportes “ficam submetidos à lei geral da produção de mercadorias, com o desenvolvimento da indústria de transporte o custo tende a cair” (OLIVEIRA, 1978, p. 86). Mas afirma o autor que se levarmos em conta o modo capitalista de produção, que se produz e

reproduz de forma global, se faz necessário compreender o tempo da circulação e o tempo da produção. “O objetivo fundamental do modo de produção capitalista é produzir mais-valia, mas essa mais-valia fica num determinado momento da produção global, o tempo de circulação, prisioneira da mercadoria da condição capital-mercadoria” (OLIVEIRA, 1978, p. 86).

- Agora é a renda diferencial II: Essa renda, conforme verificamos, decorre da produtividade diversa de aplicação igual de capital em terras de área igual e fertilidade desigual, de modo que a renda diferencial seja determinada pela diferença entre o rendimento do capital empregado na pior terra, aquela que não possuía renda, e o do capital que foi empregado em terra melhor” (OLIVEIRA, 1978, p. 86). É aí que surge o preço do solo que se torna determinado pela renda territorial

- O juro do capital é a parte do lucro que o capitalista pode realizar apenas e tão somente por possuir o direito de propriedade sobre o mesmo, não tendo pois que investir diretamente na indústria ou no comércio como um empresário. Em outras palavras, poderíamos dizer que um proprietário capitalista que coloque seu dinheiro à disposição de um empresário recebe por isso uma parte do lucro desse empresário, esta fração do lucro é, pois o juro do capital (OLIVEIRA, 1978, p. 86).

Duas formas de renda, a primeira é a renda em trabalho: de acordo com Oliveira (1978), ela coincide com a mais-valia, tornando-se sua forma original, mas assevera o autor que o trabalho excedente emerge sob coerção. Desse processo em que o produtor direto possui os meios de produção determinam-se as relações de domínio sob o trabalhador, portanto, essa situação cristaliza o trabalho não pago. “Durante parte da semana, o produtor direto, com os instrumentos (arado, animais, etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, lavra o terreno de que dispõe de fato, e nos outros dias da semana, trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário das terras, gratuitamente. Aí, a coisa ainda está meridianamente clara - renda e mais-valia se identificam. Aí a forma por que se expressa o trabalho excedente não pago é a renda e não o lucro” (MARX, *apud* OLIVEIRA, 1978, p.106).

E a segunda é a renda em produto, que é a própria essência da renda fundiária, e é a renda dominante e a mais difundida.

Evidentemente este tipo de renda para esse tipo de renda a diferença fundamental em relação a renda em trabalho primeiro o produtor imediato não mais é compelido pela coerção do açoite para ceder a esse tipo de renda pressupõe um nível mais alto da sociedade em geral, é através das leis, emanadas da supra estrutura que a cessão do que se incumbe da produção em suas próprias terras (posse) ficando reservado por lei, a necessidade de que o produtor imediato pague renda em produto ao proprietário da principal condição de produção – a terra – que por direito a outrem (OLIVEIRA, 1978, p. 106).

Renda fundiária ou renda em dinheiro difere em parte da renda baseada no modo de produção capitalista. Esta renda se origina da transformação da renda em trabalho, ou seja, o produtor converte seu produto em mercadoria, isto é, a transformação da renda em produto em renda dinheiro. Este processo altera as relações sociais de produção em que pese a subordinação do trabalho pelo proprietário, transformando-se em relações monetárias amparadas juridicamente.

Deste processo emerge o sistema de parceria, onde o agricultor arrendatário emprega seu trabalho, ou o trabalho de outrem, e é capitalista de si mesmo exigindo

no processo uma fração do produto, e o proprietário fornece a terra e outra parte do capital, este reivindica por seu turno a participação no produto. “Assim, procuramos levantar ainda que de forma mais sintética possível os conceitos que compõem o instrumental teórico para a análise das atividades agrícolas nas suas particularidades, para que possamos usá-las dentro dessa lógica na análise do nosso estudo” (OLIVEIRA, 1978, p. 106).

Desta forma uma centralidade que se impõe pela densidade do sujeito geográfico da nossa pesquisa, não só pela relevância dos temas que o mesmo aborda que vai desde a Geografia Agrária, passando pelo ensino, na epistemologia geográfica e espraiando-se pelos movimentos sociais dos quais é seu porta voz mais eloquente e importante até o momento, mas, também pela obra vasta e extensa na compreensão do mundo e do real por meio do marxismo.

Ao falarmos sobre a necessidade de compreendermos o marxismo no século XX e daqueles que contribuíram para a construção de pensamento marxista no Brasil, devemos analisar Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978) tendo como ponto de partida Marx (marxismo) por meio da sua teoria e método, isto é, o materialismo histórico e o materialismo dialético, que nos permitem compreender a capacidade de transformação do capitalismo, em seu movimento de acumulação, ampliação, expansão, produção e reprodução em suas relações sociais do ponto de vista histórico.

Ao analisarmos os textos de Oliveira e o conjunto da sua obra, podemos afirmar que sua mais importante contribuição da leitura do marxismo é, a nosso ver, a aplicação e a transformação deste como conhecimento científico, crítico, em um projeto emancipador.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO DE OLIVEIRA

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros aos países civilizados subordinaram os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX e HENGELS, 14, p. 2000).

As teorias sobre o campesinato nunca mais foram as mesmas pós-manifesto, mas devemos levar em conta os adjetivos ao campesinato no 18 Brumário e outros tantos no Capital, isto em seu conjunto conformou uma representação de mundo na teoria e na prática, no conhecimento e na política em que o camponês é uma classe egoísta incapaz de se conformar como classe por si.

Colocou em movimento uma representação espacial fundada em um evolucionismo-progressista onde o campesinato não teria/tem lugar na sociedade. Se olharmos do rural ao urbano produzimos uma representação *fake* sobre o que vai pelo mundo da vida. Dá uma impressão de que o mundo não girou, deslocou-se de forma retilínea sucessivamente do rural, industrial ao urbano movimentando tudo e todos por e entre um invólucro de bolha de plástico que dissolveu o camponês no proletário, no boia fria, no fazendeiro, no agricultor, no trabalhador rural, no

empreendedor, no agrobóio, no agronegócio. Lugar sobejante para aqueles grupos que buscam se reproduzir em suas formas étnicas e culturais.

A dureza da vida, os saberes, os folguedos, as festas, os costumes, os valores, o modo de viver, suas vestimentas, suas migrações e imigrações, suas cantigas, cantos, contos e encantos, ora é quilombola, ora é ribeirinho, ora é posseiro, ora é sem-terra, outra é agricultor familiar, é também meeiro, enfim suas múltiplas identidades estão espalhadas por todo o território brasileiro, ligadas e interligadas por sua representação de mundo subjetiva e objetiva, seja ela negativa ou positiva.

A negativa está ligada ao atraso da civilização, à fome, à privação, e todos os movimentos vinculados a essa forma de representação tratam os movimentos rurais e camponeses como pré-políticos, com um olhar fatalista que aponta para a necessidade de superação como única senda. Mas a representação positiva que a geografia agrária produziu está na possibilidade da compreensão dos camponeses como classe em sua diversidade, é daí que vem sua força, originalidade e sua relevância.

Assim, a objetivação da representação da geografia agrária uspiana se dá na interpretação, explicação e intervenção dos fenômenos espaciais produzidos na sociedade brasileira considerados frutos do embate de classes.

Para a maioria das correntes de pensamento, campesinato estaria em vias de desaparecimento. O processo de globalização que assola o mundo, o viés neoliberal que varre o plante de forma avassaladora, a sociedade do Matrix, cibernética, fruto do simulacro, do hiper-real, este mundo artificial novo e sempre renovado, em alta velocidade onde tudo é para ontem, impossibilita um olhar para o conteúdo rural do camponês.

As representações estão soltas, não são mais tiradas do cadinho da vida, mas simuladas, e às vezes dissimuladas nas imagens contorcidas do surrealismo. Onde não há a necessidade de se ligar ao mundo concreto, aquele das relações espaciais, mas hirculá-lo de tal forma que a representação torna-se um truque, uma artimanha, subsumida no produto, na troca e no consumo, e, por conseguinte, uma deformação do real.

A econômica que reina em absoluto como a orientadora única da vida humana propõe uma incapacidade e incompatibilidade entre a economia e o modo de vida camponês.

O mundo rural do camponês compõe outro conteúdo não díspar, mas complexo, encontra-se premido por movimentos constantes que variam, ora o empurram para fora, ora o puxam para dentro do invólucro deste mundo do reino do produto, da troca e do consumo. Este universo rural se conforma em símbolos, casos e causos, tanto os da Irmã Dorathy, do massacre de Corumbiara que revela o lado mais agudo e violento da luta de classes, como os de assombração, da mula sem cabeça, dos cururus, dos sambas de rodas, das umbigadas que disputam o universo simbólico no mundo contemporâneo.

No universo camponês, as criatividade, inventividade se coadunam na obra, ou seja, na unidade camponesa, que requer um valor de uso, pois se produz e reproduz em uma representação do concreto, por isso reclama outra lógica, subversiva por assim dizer, que contemple em seu conteúdo o modo de viver camponês. As estratégias de vivências do campesinato são fruto de experiências históricas e se traduzem nas relações não capitalistas de produção em cada fração de território.

Que em alguns momentos históricos são incorporados pelo sistema capitalistas, nestes momentos são tempos de relativa calma, e outras são rejeitadas criando constrangimentos de toda ordem, nestes momentos os conflitos afloram, mas sobretudo são contestados, constrangidos e questionados, neste momento traz-se a luz à luta de classes, às vezes ocultadas pelas águas calmas do neoliberalismo.

Desta forma nosso sujeito geográfico toma a categoria território como base de seus estudos: “Meus trabalhos refletem esta corrente que tem no estudo do **território** o tema central da investigação em Geografia” (OLIVEIRA, 2000, p.13).

O movimento contraditório, simultâneo, combinado e desigual entre forças produtivas e as relações de produção sob o modo de produção capitalista e o processo de industrialização do campo se consolida por meio da unificação da indústria e da agricultura que gera o campesinato como sua contradição. “Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução” (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2000, p.13).

Para o autor, este movimento engendra o camponês e o latifundiário que, por conseguinte, formam uma classe social em conflito, pois o camponês vive sob a expropriação de seus meios de produção, e é expulso de sua terra, já o latifundiário portador do capital investido de máquinas e insumos sujeita pela força o camponês; disso resulta um processo desigual, combinado e engendrado pelas relações não capitalistas de produção, que contraditoriamente permitem a ampliação do capital que se consubstancia sob a renda da terra (NOGUEIRA, 2015b, p. 06).

O que estes processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo revelam, é que, **no primeiro caso, o capital territorializa-se. Trata-se, portanto, do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. No segundo caso, este processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto territorializar-se. Trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista** (OLIVEIRA, 2000, p.13).

A dialeticidade do movimento histórico do ritmo da matéria no tempo e no espaço, e sua concretização no campo brasileiro, passa pela orientação teórica e metodológica pelo território, mas um território, que vem envolvido na forma e no conteúdo de contradição, se num primeiro momento o capital expropria e expulsa o camponês do campo, no outro diametralmente oposto põe em movimento a

possibilidade de reprodução do camponês como classe. “Assim, a territorialização do monopólio e a monopolização do território, estão constituindo-se em campo”. (OLIVEIRA, 2003, p. 15).

A partir do supracitado asseveramos que a geografia agrária se interroga a partir de sua dimensão espacial, o território, e, em específico o território camponês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da temática do Discurso Geográfico, sob o pano de fundo da divisão do trabalho intelectual, divisão do trabalho territorial, modernização da agricultura, ancorado no marxismo, a pesquisa trouxe como contribuição para os estudos geográficos agrários o conceito de materialismo histórico e o materialismo dialético como instrumento de análise da Ciência Geográfica que foi traduzido e ampliado e apoiado na categoria geográfica de **Território** com uma forma nova e singular de pensar a Ciência Geográfica e seu objeto, isto é o espaço; este é visto como uma matéria em movimento no tempo e no espaço, em sua formação social estruturada economicamente, por meio da luta de classes, adensado pelo modo de produção vigente, por isso é histórico.

O desenvolvimento desigual do capitalismo é nesse contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, que o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim ao modo de produção de mais-valia (OLIVEIRA, 1981, p. 05).

A preocupação dos estudos é de cunho socioeconômico, passando pela compreensão das relações capitalistas de produção em suas transformações econômicas, que determinam a consciência social e é impactada pelo modo de produção capitalista no campo (agricultura brasileira).

Para tanto denominamos o período de 1980 até 1990 como **o território do método**. Esse período marca a introdução do materialismo histórico e dialético na Geografia Agrária onde as orientações das dissertações estão voltadas para a busca do conhecimento engajado para a transformação das relações no campo. Este é um movimento intelectual que se desenvolveu no Departamento de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH) na USP/S.P, na década de 1980 até 1990, que determina um movimento maior, isto é, um movimento de renovação social, econômico, político na formação do pensamento Geográfico. A década de 1980 representa o início dos estudos marxistas na geografia agrária, e, por conseguinte, o estudo do referido autor se encontra na Geografia Econômica Agrária no interior do movimento de pensamento geográfico que ficou conhecido como Geografia Crítica. Neste período buscamos também a gênese da categoria camponesa, movimento social e as oriundas do marxismo.

Embora neste período trabalhemos com o marco dos estudos agrários sob o materialismo histórico a partir da tese de Oliveira (1978), Almeida (2003) dá uma contribuição para fortalecer nossa assertiva apresentando a publicação de 1981, que traz elementos adensados pelo autor da nossa referência.

Outro marco na Geografia Agrária, no tocante à construção de seus pressupostos teóricos e de sua migração do historicismo marxista para o materialismo histórico dialético, é a publicação feita por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em 1981. Neste trabalho, intitulado “Agricultura e indústria no Brasil”, o autor analisa o papel da renda da terra no desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, produzindo uma primorosa contribuição ao decifrar as nuances que cercam a aliança terra/capital, sendo esta a reprodução contraditória de formas sociais não capitalistas como o campesinato. Outro avanço teórico que deriva dessas formulações refere-se aos conceitos de monopolização do território pelo capital e territorialização do capital (ALMEIDA, 2003, p. 63).

A década 1990 até 2000 denominamos como **o território capturado**, é o momento da definição do campo de estudos da geografia agrária sob o materialismo histórico e dialético. Nele a geografia agrária de raiz uspiana estava fundamentada em seu início, assim a presença de Oliveira propõe uma ruptura epistemológica, e por seu turno, se adensam as categorias marxistas tais como renda da terra, classe social, o trabalho concreto (criador de valores de uso) do trabalho abstrato (criador são boias-frias, posseiros, pequenos proprietários, colonos, meeiros, de valores de troca) e outras. Oliveira apresenta em seus estudos os camponeses como classe social fruto de sua diversidade camponesa tais como: boias-frias, posseiros, pequenos proprietários, colonos, meeiros e outros. A partir de uma rede categorial se conforma neste período na USP-SP, sob a orientação de Oliveira, o campo epistemológico da Geografia Agrária.

A década de 2000 até 2010 denominamos de a **territorialização do método**, é o momento em que o espraiamento do conceito se traduz em múltiplos olhares sobre a diversidade camponesa e seus orientandos vão consolidando em seus departamentos a corrente de pensamento materialista histórico e dialético, e, por conseguinte o conceito de território de Oliveira para as próximas gerações. Este momento vem adensado com outros elementos metodológicos, e a separação em definitivo de autores como Santos, Moraes, Moreira e outros.

A década em aberto de 2010 até 2015 denominamos de **o território do Batismo de fogo**: pelo momento de transição da sociedade e a busca de renovação ou permanência da corrente da geografia agrária uspiana como majoritária nos estudos do campo brasileiro. Pois o camponês em sua diversidade vem impactado pela crítica sobre a categoria camponesa tomada como classe social de dentro do capitalismo, em que para alguns a classe social é muito mais uma categoria para interpretar a realidade do que uma realidade social concreta.

Os movimento sociais estão sob fogo cruzado, pois estão sendo questionados em sua relação de classe e tomados como segmentos, grupos ou coletivos e as noções de identidade plurais que confrontam diretamente a noção de classes oriunda da dinâmica do modo de produção capitalista está cada vez mais fragilizada.

Como toda corrente de pensamento, o teste é de fogo e de fôlego que não dependa mais exclusivamente de seu fundador, mas dos seus orientandos e os filiados que tenham a capacidade de compreender sua noção de geografia, pois a nosso ver o conceito de território está suficientemente dominado; **eis o batismo de fogo**.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 391 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

ALVES, Flamarion Dutra. **Trajatória Teórico-Metodológica da Geografia Agrária Brasileira: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009.** (Tese Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro.

ALVES, Willian Rosa; SOUZA, José Gilberto. **Geografia e Método: O pesquisador entre a janela e a calçada.** 1992.

ANDERSON, Perry (1996). "Balanço do neoliberalismo". In: A. BORÓN. **As políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. *et. al.* A Trama do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

BOMBARDI, Larissa. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 8, pp. 99-121, 2008.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória teórica-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. **Revista Campo e Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 5-13, fev. 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia.** São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade.** Ed. Moderna: São Paulo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** Edusp: São Paulo. 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** (Dissertação Mestrado) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 1994.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Vozes: Rio de Janeiro, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** CPV, 2001

_____. **O Capital. Crítica da economia política.** V.I 6ª edição, Civilização Brasileira, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena Historia Critica.** Anna Blume, 2003.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Assentamentos rurais do MST: práticas espaciais, representações e conflitos.** 2012. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). USP. F. 224 Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Uma leitura dos conflitos na produção do Assentamento Rural da Fazenda Jupira no Município de Porto Feliz.** 189 f. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **A Geografia Agrária e sua contribuição ao marxismo.** In: VIII Colóquio Internacional Marx Engels, IFCH-UNICAMP, Campinas/SP. 2015.

_____. **A emancipação camponesa no horizonte do possível: um olhar da Geografia Agrária sobre os movimentos sociais** In: VII Jornada de estudos em assentamentos rurais, FEAGRI-UNICAMP, Campinas/SP. 2015b.

NUNES, Flaviana Gasparotti. **O econômico na geografia influencia do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2000)** Tese (Doutorado em Geografia) pós-graduação na faculdade de ciências e tecnologia Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen.** 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP.

_____. **"Agricultura e Indústria no Brasil"**. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 58, AGB, São Paulo, 1981.

_____. **A Pequena Produção Agrícola Mercantil no Brasil - Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos - AGB, Porto Alegre/RS, 1982.**

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986, v. 01, 88p.

_____. **Espaço e Tempo: Compreensão Materialista Dialética.** In: Milton Almeida dos Santos. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993, pp. 66-109.

_____. **"Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil"**. In: Terra Livre, São Paulo, Ano 19, v. 2, nº 21, pp. 113-156. Jul./dez., 2003.

_____. **Geografia Agrária**: perspectivas no início do Século XXI “Perspectivas da Geografia Agrária” no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

_____. **O modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1ª Edição, FFLCH, São Paulo, 2007.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

QUINTANEIRO, R.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos**. UFMG, 2003.

Artigo submetido em: 20/09/2015

Aceito para publicação em: 05/12/2016

Publicado em: 16/12/2016